

---

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA PREVENTIVA:  
UMA EXPERIÊNCIA COM A COMUNIDADE DE PITANGUEIRAS, PRADOS/MG**

---

*Paulo Eduardo de Oliveira Enéas<sup>1</sup>  
Inês de Oliveira Noronha<sup>2</sup>*

**RESUMO**

Este artigo tratará sobre a Educação Patrimonial realizada no âmbito do projeto de resgate dos sítios arqueológicos SAPH Evangelista, SAPH Igrejinha, SA Ribeirão do Elvas, SAH Conjunto de canais históricos. As ações foram realizadas na Escola Estadual Francisco Antônio Pires, em Barroso/MG, e na Escola Municipal Aquino Carlos, comunidade de Pitangueiras – Prados/MG. A primeira instituição foi escolhida visto a fábrica da empresa responsável pelo empreendimento se localizar no município, enquanto a segunda se deu pela proximidade com os sítios arqueológicos, menos de 1km. A vicinalidade com os sítios arqueológicos possibilitou a realização de uma gama de ações de Educação Patrimonial, como: palestras para alunos, professores e comunidade; oficina de escavação arqueológica; oficina de pintura rupestre; e visita ao sítio arqueológico SAPH Igrejinha. Assim, apresentam-se os resultados das ações realizadas e a proximidade criada entre alunos, comunidade e o patrimônio cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia; Educação Patrimonial; escola; escavação arqueológica; Pitangueiras.

**ABSTRACT**

This article will deal with Heritage Education carried out within the scope of the archaeological site rescue project SAPH Evangelista, SAPH Igrejinha, SA Ribeirão do Elvas, SAH Conjunto de canais históricos. The actions were carried out at the Francisco Antônio Pires State School, in Barroso, and Aquino Carlos Municipal School, community of Pitangueiras - Prados, both in the state of Minas Gerais, Brazil. The first institution was chosen because the headquarters of the company responsible for the project were located in that municipality, while the second was due to the proximity to the archaeological sites, less than 1km. The vicinity of the archaeological sites allowed a range of Heritage Education actions, such as: lectures for students, teachers and community; archaeological excavation workshop; rock art workshop; and visit to the archaeological site SAPH Igrejinha. Thus, we present the results of the actions carried out and the proximity created between students, community and cultural heritage.

**KEYWORDS:** Archaeology; Heritage Education; school; archaeological excavation; Pitangueiras.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Arqueologia pela Universidade Federal do Rio Grande (2013).

<sup>2</sup> Doutora em Educação - Título Reconhecido pela FAE- UFMG; Diplomado em Arqueologia e Patrimônio; Mestre em Administração (Marketing); Mestre em Gestão e Auditoria Ambiental, Pós-graduada em Engenharia Ambiental Integrada, Pós-graduada em Educação Ambiental, Pós-graduada MBA em Gestão de Negócios e Competências.

**RESUMEN**

Este artículo abordará la Educación del Patrimonio llevada a cabo en el ámbito del proyecto de rescate del sitio arqueológico SAPH Evangelista, SAPH Igrejinha, SA Ribeirao do Elvas, SAH Conjunto de canais históricos. Las acciones se llevaron a cabo en la Escuela Estatal Francisco Antônio Pires, en Barroso, y en la Escuela Municipal Aquino Carlos, comunidad de Pitangueiras - Prados, ambas en el estado de Minas Gerais, Brasil. La primera institución fue elegida porque la sede de la empresa responsable del proyecto se encontraba en ese municipio, mientras que la segunda se debió a la proximidad a los sitios arqueológicos, a menos de 1 km. La proximidad de los sitios arqueológicos permitió una gama de acciones de Educación del Patrimonio, tales como: conferencias para estudiantes, docentes y la comunidad; taller de excavación arqueológica; taller de arte rupestre; y visita al sitio arqueológico SAPH Igrejinha. Por lo tanto, presentamos los resultados de las acciones llevadas a cabo y la proximidad creada entre los estudiantes, la comunidad y el patrimonio cultural.

**PALABRAS CLAVE:** Arqueología; Educación patrimonial; colegio; excavación arqueológica; Pitangueiras.

**INTRODUÇÃO**

A pesquisa realizada no município de Prados/MG possibilitou o resgate de quatro sítios arqueológicos, sendo dois pré-históricos, um sítio histórico e um sítio multicomponencial. O sítio arqueológico Evangelista e o sítio arqueológico Igrejinha são sítios cerâmicos, pré-históricos e a céu aberto, localizados em área de vertente de baixa declividade. O sítio Evangelista retornou as seguintes datações: 250±35 e 370±55 A.P. Já o sítio Igrejinha retornou as datações a seguir: 670±110 e 950±150 A.P.

O sítio arqueológico Ribeirão do Elvas é um sítio cerâmico, multicomponencial, em abrigo rochoso, localizado em área declivosa, próximo à área de lavra de calcário. Finalmente, o conjunto de canais históricos é um conjunto de valos, com presença de muros de arrimos, que se estende por 3.158 m, perpassando pelos sítios arqueológicos pré-históricos.

As atividades de resgate arqueológico no município abriram precedentes para a extroversão do patrimônio arqueológico junto à comunidade, principalmente na Escola Aquino Carlos, no distrito de Pitangueiras. A fim de aproveitar esta oportunidade, a equipe entrou em contato com a instituição supracitada visando apresentar o patrimônio cultural a

ser trabalhado, assim como a arqueologia. Em breve contato com o corpo docente, foi relatada a carência da comunidade por informações acerca deste tema.

A necessidade da extroversão do patrimônio arqueológico na comunidade levou os arqueólogos da equipe ao encontro do pensamento de Oliveira (2005: 118):

[...] não basta aos arqueólogos produzirem novos conhecimentos científicos e apenas os divulgarem em revistas especializadas. Eles precisam fazer esses saberes alcançarem o maior número possível de pessoas, principalmente aquelas que não frequentam os círculos acadêmicos onde ocorrem os mais variados debates sobre os temas de interesse à Arqueologia. Dessa forma, o conhecimento que produzem sobre o passado, e também, acerca do presente, poderá ser gradativamente incorporado à memória coletiva da sociedade de que fazem parte ou, até mesmo, daquelas que foram por eles estudadas.

Tal situação possibilitou aos arqueólogos extrapolar as paredes do meio acadêmico e empresarial, e alcançar novos grupos de pessoas ansiosas pelo conhecimento e por novas formas de visão no meio em que estão inseridos.

## **BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL**

Para Silveira & Bezerra (2007), o tema Educação Patrimonial é bastante complexo, uma vez que aborda a conjunção entre ações de caráter técnico com reflexões e discussões que se ampliam ao olhar do pesquisador, englobando também a visão das comunidades sobre o que se pode considerar herança cultural e principalmente o que deve ser preservado e transmitido para as próximas gerações, ou seja, trata-se do estabelecimento de troca e diálogo entre os agentes envolvidos. Em termos gerais, a Educação Patrimonial, principalmente no âmbito da Arqueologia Preventiva, responsável pela maioria das pesquisas no Brasil, vem justamente atender à necessidade de integração entre os interesses das comunidades com os aspectos técnicos relacionados às pesquisas arqueológicas.

Em termos históricos, alguns apontamentos para o estabelecimento da Educação Patrimonial podem ser percebidos na criação do antigo SPHAN, que em 1937 já manifestava em seus documentos, iniciativas e projetos, a preocupação com a proteção e preservação do patrimônio, utilizando como estratégia de atuação o desenvolvimento de

ações educativas. Entretanto, no período compreendido entre 1937 e 1967, as iniciativas praticadas pelo órgão regulamentar para a Educação Patrimonial estavam muito mais voltadas para a criação de museus e exposições, tombamento de coleções e acervos, e o estímulo a publicações e a divulgação nos meios de comunicação da relevância do acervo sob sua responsabilidade (IPHAN, 2014).

Foi somente com o implemento de diretrizes teóricas, conceituais e operacionais, formuladas a partir da criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) na década de 1970, que estabeleceram-se relações mais consistentes entre os processos educacionais e a preservação patrimonial, na medida em que o CNRC teve como proposta fulcral debater questões relacionadas à preservação e as concepções vigentes de patrimônio. Embora a temática Educação não fosse diretamente um dos focos de abordagem de atuação do órgão, é relevante observar que a iniciativa teve como um dos resultados o *Projeto Interação*, que em resumo defendia a criação e o fortalecimento de propostas pedagógicas que permitissem a associação entre a Educação Básica e a dinâmica cultural local (IPHAN, 2014).

Apesar de ser possível observar essa efervescente discussão relacionando Educação e Patrimônio, o termo Educação Patrimonial foi cunhado somente na década de 1980, sendo o resultado da tradução de modelo metodológico inglês denominado de *Heritage Education*. Passou a ser aplicado mais sistematicamente no Brasil com a realização do 1º Seminário Sobre o Uso Educacional dos Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis, organizado por Horta (1983). A partir desse momento, Educação Patrimonial passou a ser concebida como um instrumento educacional utilizado de maneira permanente e sistemático. No contexto, o objetivo de ações vinculadas à proposta foi o de intensificar o processo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural tanto em crianças quanto em adultos, permitindo um melhor uso destes bens e garantindo a produção e transmissão de novos conhecimentos (HORTA et al, 1999).

No que se refere à aplicabilidade da Educação Patrimonial, ela pode ser estabelecida por meio da interação entre as comunidades e os gestores responsáveis pela preservação e manipulação de determinados segmentos dos bens culturais. Pode ser adotada para qualquer evidência material e manifestação cultural, tendo como resultado a interação entre o indivíduo e o meio ambiente, de forma que fique estabelecida uma parceria para proteção e valorização do patrimônio. Como objeto ou fenômeno cultural,

pode ser analisado a partir de várias perspectivas. Faz-se necessário definir e delimitar quais os objetivos e resultados pretendidos com a atividade educacional de acordo com o objeto, tema ou fenômeno a ser abordado, seguindo as etapas metodológicas de observação, registro, exploração e apropriação (HORTA et al, 1999).

No tocante à Arqueologia, juridicamente a execução de atividades de Educação Patrimonial está prevista na Portaria do SPHAN 07/1988 e na Instrução Normativa IPHAN 01/2015. Os dispositivos asseguram a necessidade e obrigatoriedade de elaboração de atividades que envolvem os bens de interesse arqueológico e pré-histórico, que devem compor um plano de trabalho científico que contenha uma proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais. A Portaria SPHAN nº07, de 01 de dezembro de 1988 (IPHAN, 1988), em seu artigo 11, item II e VII, trata que relatórios a serem entregues ao IPHAN necessitam constar as seguintes informações:

II - meios utilizados durante os trabalhos, medidas adotadas para a proteção e conservação e descrição do material arqueológico, indicando a instituição responsável pela guarda e como será assegurado o desenvolvimento da proposta de valorização do potencial científico, cultural e educacional;

VII - indicação dos meios de divulgação dos resultados.

Outra norma que assegura a realização de ações de cunho educativo é a Portaria Interministerial nº 419 de 26 de outubro de 2011, que prevê a obrigatoriedade de execução da Educação Patrimonial durante todo o processo de licenciamento ambiental, devendo por isso integrar um projeto específico.

De forma correlata, os trabalhos de Educação Patrimonial contribuem para a preservação e conservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardado nos termos da Lei Federal nº3.924/64; pelo Art. 20 da Constituição Federal do Brasil de 1988; e Portarias SPHAN 07/1988; IPHAN 28/2003 e IN IPHAN 01/2015, que tornam obrigatória a realização de estudos arqueológicos em empreendimentos que apresentam o potencial de afetar algum bem cultural. A proteção dos bens de interesse cultural está assinalada também na Resolução CONAMA Nº001, de 1986, com o Decreto Lei nº 25/1937 e o Decreto Lei nº 3551/2000, que enfoca o patrimônio histórico e artístico nacional, além de instituir o registro de bens imateriais; e também a Lei nº 9.605 de 30/03/1998, Seção IV, que versa sobre os crimes atinentes ao patrimônio cultural.

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO DA ARQUEOLOGIA PREVENTIVA

As ações aplicadas seguiram as orientações teóricas e uma adaptação do modelo de execução desenvolvido por Monteiro Oliveira e Loures Oliveira (2004), no âmbito do projeto Educação Patrimonial e Sociabilização do Saber, premiado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira com o prêmio Loureiro Fernandes, Edição 2007. Trata-se de proposta que confere visibilidade a uma educação da sensibilidade, propondo a inclusão no mundo social através do dialogismo entre diferentes interlocutores.

O objetivo foi comunicar por meio de uma perspectiva multivocal o patrimônio cultural local para as comunidades situadas nas áreas de influência do empreendimento, enfatizando nesse processo a importância dos vestígios materiais na elaboração de uma História Regional que evidencie a participação de diferentes atores. Porém, foi possível ir mais além ao buscar sensibilizar o público alvo no tocante às questões envolvendo a preservação e conservação dos bens materiais, abrindo a possibilidade de estabelecer uma ponte entre público alvo e pesquisadores. Dessa forma, acredita-se que a Educação Patrimonial é um procedimento permanente e participativo de comunicação, conhecimento, apropriação e valorização de uma herança cultural e resguardo de patrimônios. A proposta da Educação Patrimonial é promover a comunidade à importância do “lugar”, a origem dos primeiros moradores, como as alterações sofridas através do tempo, tentando explorar os valores do passado e do presente.

Ainda, de acordo com Saballa (2007, p. 23),

a educação patrimonial trabalha no sentido de que os sujeitos tomem contato com os patrimônios de suas localidades, a fim de assentar em bases sólidas a identidade cultural [...] como bens e valores tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos, sítios, ritos, celebrações, hábitos, etc.

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se por lidar com alunos do 1º ao 6º ano do ensino fundamental, ou seja, crianças entre 6 e 11 anos. Essa escolha justifica-se porque: “A opção por essa idade está no fato de que eles estão num período de efervescência de interação e descobertas com e no mundo vivido” (MONTEIRO OLIVEIRA; LOURES de OLIVEIRA, 2004, p.77). Em outras palavras, é nessa idade que as crianças

normalmente estão mais abertas a divulgar e/ou compartilhar as informações a que têm acesso, isto é, elas se propõem com facilidade a repassar toda informação recebida tanto para os amigos, para a família e para a comunidade em que estão inseridas. Isso demonstra que, de modo geral, o indivíduo nessa faixa etária gosta de interagir e contar o que lhes acontece de diferente, bem como novidades, nos mais diferentes campos do saber. Finalmente, vale salientar que a “Educação Patrimonial tem a potencialidade de colaborar de forma singular na formação crítica e consciente deste(s) aluno(s)/cidadão(s)” (CAMPOS et al, 2016).

Digno de nota que Casco (2006) e Gazzóla (2009), salientam que através do meio educacional, a Educação Patrimonial insere os assuntos culturais no processo de ensino e aprendizagem, onde a escola tem o papel de incentivar a preservação da cultura perante a sociedade. Para Casco e Gazzóla, organizar projetos educativos voltados para disseminar valores patrimoniais e culturais é valorizar informações, possibilitando descobertas e partilha de conhecimentos elaborados e adquiridos.

Desse modo, no município de Barroso, as atividades foram realizadas com alunos do 6º ano, da Escola Estadual Francisco Antônio Pires - FAPI. Em Prados, desenvolveram-se as atividades com alunos de 1º ao 5º ano da Escola Municipal Aquino Carlos. Na última instituição mencionada, foi possível dialogar com todos, devido ao fato de ser uma escola com pouco mais de 30 alunos. Ainda, houve um momento destinado aos parentes dos alunos, além de jovens e adultos que residem na área de influência. As instituições foram escolhidas por estarem situadas na área de influência do empreendimento.

As atividades de Educação Patrimonial tiveram início no terço final do mês de julho de 2016, momento em que se realizou uma reunião voltada ao planejamento e à criação de estratégias para execução das ações de Educação Patrimonial nos municípios de Prados e Barroso.

A reunião da equipe de educadores e arqueólogos contou com a presença de lideranças locais com a finalidade de conhecer o ponto de vista dos mesmos, assim como o perfil das escolas que seriam contempladas pelo projeto. Dentre os participantes, destacou-se a presença de Rodrigo Graçano, Membro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Barroso/MG), que contribuiu, posteriormente, intermediando o contato junto à Escola Estadual Francisco Antônio Pires, em Barroso/MG.

Na semana posterior realizou-se a palestra com o tema Educação Patrimonial, na FAPI, para os alunos do 6º ano do ensino fundamental. Os trabalhos nesta escola foram concentrados em um dia, em atendimento à demanda da direção da escola.

As palestras ministradas na escola tiveram como objetivo, não somente levar informações referentes aos estudos arqueológicos regionais, mas também transmitir conhecimentos voltados aos cuidados com o meio cultural e natural (Figura 1). Para o desenvolvimento da intervenção, optou-se por um estilo de palestra participativa, em que o estudante e os professores foram estimulados a interagir com os palestrantes, proporcionando maior integração e mantendo um fluxo de comunicação entre as partes interessadas.



**Figura 1.** Palestra em Barroso/MG.

O interesse dos estudantes e professores da Escola Estadual Francisco Antônio Pires pelo tema abordado foi demonstrado através da interação com os arqueólogos que ministravam a palestra. Surgiram várias perguntas, como: “para ser arqueólogo é preciso fazer faculdade?”, “qual o salário de um arqueólogo?”, “existe alguma situação de perigo que envolve a profissão?”, “o arqueólogo fica sempre viajando?”, “já foi encontrado algum sítio arqueológico debaixo d’água?”, e outras. Todas as dúvidas levantadas foram discutidas e relativizadas com os presentes e sanadas pelos arqueólogos.

Os estudantes mostraram-se bastantes interessados com tudo o que foi apresentado, assim como os professores e diretoria, que viram no momento uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos para trabalhar com os alunos no decorrer do ano letivo. Cabe ressaltar, no entanto, que a peculiaridade da profissão – conhecida por muitos apenas por passagens cinematográficas – gerou atenção e expectativa por parte dos alunos, principalmente por ser a primeira vez que tiveram contato com arqueólogos. Outro

ponto a se destacar foi a oportunidade de terem contato com artefatos arqueológicos originários da região de onde moram.

A atividade alcançou com primazia o objetivo de levar aos participantes uma proposta de Educação Patrimonial, através da conscientização do papel de cada indivíduo como formador da memória e do patrimônio cultural de sua sociedade, além de apresentar e iniciar os estudantes e professores na conservação dos bens culturais através de discussão sobre o assunto.

A grande interação dos alunos durante a palestra, assim como o interesse que as crianças demonstraram no assunto, até mesmo revelando o desejo de se tornar arqueólogos um dia, podem ser utilizados como importantes indicadores de que o trabalho de Educação Patrimonial na Escola Estadual Francisco Antônio Pires gerou frutos.

Já em Prados (povoado de Pitangueiras), as atividades foram realizadas na Escola Municipal Aquino Carlos. Antes do início das atividades foi realizada uma reunião voltada ao planejamento e capacitação, com as professoras da escola.

As ações voltadas a Educação Patrimonial na cidade de Prados foram divididas em cinco etapas. A primeira etapa consistiu na realização de palestra expositiva para os alunos de toda a Escola Municipal Aquino Carlos, visando realizar uma introdução dos temas trabalhados, e que seriam abordados nos próximos encontros. O segundo momento consistiu na realização de oficina de resgate arqueológico, a qual teve o intuito de apresentar algumas das particularidades da profissão, assim como reforçar diversas questões expostas durante a primeira etapa. Posteriormente, foi realizada uma palestra expositiva com os familiares de alunos e demais moradores da comunidade de Pitangueiras. Tal etapa foi sugerida pelas professoras, que queriam apresentar a arqueologia e os arqueólogos à população local. O quarto momento foi a visita ao sítio arqueológico Igrejinha, a excursão teve o intuito de aproximar alunos e professoras da cultura material apresentada durante as palestras. Finalmente, o último ato foi a palestra e oficina de pintura rupestre, intentando apresentar outros vestígios recorrente nos achados arqueológicos.

O primeiro contato com as professoras e alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, da escola Aquino Carlos, aconteceu na última semana de agosto de 2016.

Nessa data, os esforços da equipe foram concentrados na palestra voltada aos temas: patrimônio, arqueologia e cultura (Figura 2). A palestra seguiu um estilo participativo, semelhante às realizadas na FAPI.

Barbosa (2006, p. 27) afirma “que as crianças aprendem nas interações com os demais, elas têm capacidade de se concentrar desde muito jovens, e isso ocorre quando estão efetivamente interessadas e envolvidas no que fazem”, portanto, o método aplicado é o mais indicado para se trabalhar temas relacionados à educação e patrimônio com crianças nessa faixa etária.

A palestra buscou transmitir conhecimento sobre história, arqueologia e o patrimônio local. Essa apresentação trouxe questões sobre o que é Arqueologia e, para melhor explicá-la, a equipe de Educação Patrimonial, embasou-se nas definições de alguns autores como segue:

O que é Arqueologia? A Arqueologia é a ciência que nos permite conhecer o passado do homem, antes dos **registros históricos**. A palavra vem do grego *Archaios*, que significa antigo, e o sufixo *logia*, que significa o estudo de alguma coisa. Um arqueólogo é como um detetive: ele estuda os vestígios e pistas que indicam como vivia o homem no passado (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 2006, p.32) (grifos dos autores).

Explicou-se então que a arqueologia estuda todas as “coisas” que foram produzidas pelo homem ou foram apropriadas por ele, esclarecendo que a arqueologia estuda não somente o passado antigo como também o passado recente e o presente. O intuito desta empreitada era a de retirar a ideia pré-existente do arqueólogo romantizado pelos filmes de caçador de tesouros, mostrando aos sujeitos atingidos o que faz um arqueólogo na vida real.

Nesse momento, foi possível explicar um pouco sobre o contexto arqueológico brasileiro, de Minas Gerais e de Prados, sobretudo. Posteriormente, a equipe abordou o tema patrimônio arqueológico, ancorando-se na seguinte definição:

A noção de patrimônio empregado na atividade é concebida com todo modo de representação da coletividade humana. Esta definição abrange o patrimônio material e, principalmente o patrimônio subjetivo contido na memória, tradições culturais e identidades (MONTEIRO OLIVEIRA e LOURES de OLIVEIRA, 2004, p. 72).

Através desta definição foi trabalhada a ideia de patrimônios materiais e imateriais locais, visto que esses são tão importantes quantos outros que possuem maior destaque, pois o patrimônio cultural brasileiro não pode ser resumido apenas aos objetos de grandes acontecimentos históricos como afirmam Horta, Grunberg e Monteiro (2006, p.7):

[...] **o patrimônio vivo** da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade (grifos das autoras).

Os alunos da escola Aquino Carlos mostraram grande interesse no assunto e interagiram a todo tempo com o palestrante. O fato de o sítio arqueológico Igrejinha estar situado muito próximo à escola, cerca de 500 metros, e poder ser visto do pátio, chamou a atenção dos alunos e foi motivo de grande interação, troca de experiências e curiosidades. Digno de nota que todas as professoras da escola tiveram importante participação na atividade, seja no intermédio inicial com os alunos, como nas perguntas e participações.



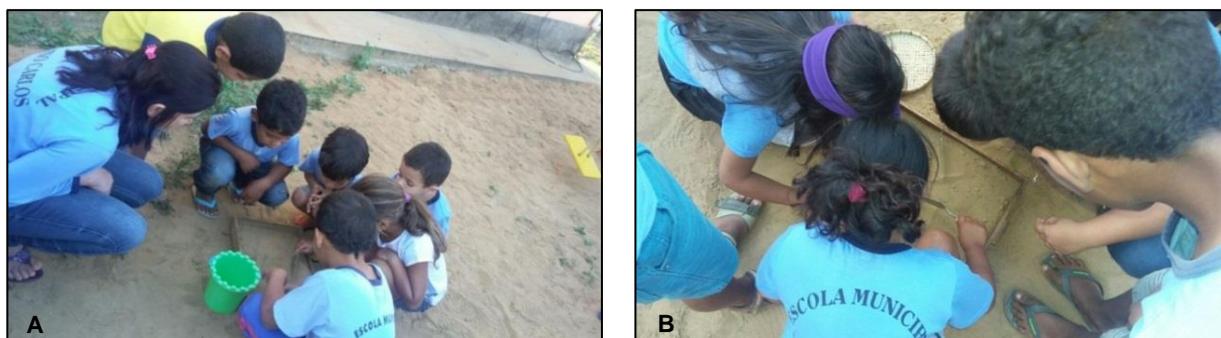
Figura 2. Apresentação de palestra na biblioteca da escola.

Posteriormente, iniciou-se a segunda etapa das atividades de Educação Patrimonial, com convite aos alunos e professoras para participarem de uma simulação de escavação arqueológica (Figura 3). Para execução da atividade, os educadores levaram fragmentos de um vaso cerâmico, além de outros materiais, como: tampas de garrafas, materiais plásticos, galhos, etc. Todo o material foi enterrado nas caixas de madeira para que os alunos escavassem, com cuidado, em busca dos fragmentos. As ferramentas utilizadas para a atividade foram espátulas e pincéis.

Antes de se iniciar as atividades, os membros da equipe de Educação Patrimonial recapitularam alguns dos tópicos da palestra e aproveitaram o momento para explicar como

o arqueólogo executa o resgate arqueológico. As professoras receberam especial atenção, visando repassar o conhecimento e capacitá-las para futuras atividades da escola.

Durante a oficina, os arqueólogos e professoras prestaram assistência aos alunos com explicações e instruções sobre a tarefa que estava sendo executada. Tal procedimento buscou assemelhar-se ao aplicado em campo para execução de um resgate arqueológico. A intenção da atividade foi demonstrar aos participantes, de maneira prática, como o arqueólogo realiza uma de suas atividades de campo.



**Figura 3.** Simulação de escavação arqueológica.

Na oportunidade, a equipe deixou os fragmentos coletados na escola para que esses fossem analisados pelos alunos. As professoras do 4° e 5° ano tomaram a iniciativa de solicitar aos estudantes a remontassem o vaso, conforme exposto em palestra. Segundo as responsáveis, o intuito foi o de tratar sobre as atividades de laboratório realizadas com o material resgatado. Em um momento posterior, os alunos, orgulhosos de seus trabalhos, apresentaram o vaso cerâmico remontado (Figura 4). Observou-se ainda, um sentimento de pertencimento, criado pelos estudantes, da cultura material manuseada. Conforme nota-se na figura 2, não foi possível remontar todo o objeto, porém, aproveitou-se a oportunidade para fazer um link com a disciplina arqueológico, onde situações semelhantes ocorrem.



**Figura 4.** Vaso cerâmico remontado.

A terceira etapa consistiu em uma palestra, realizada nas dependências da escola Aquino Carlos, com os parentes de alunos e demais moradores do distrito de Pitangueiras (Figura 5). A finalidade foi a de transmitir conhecimentos sobre história, arqueologia e o patrimônio local, seguindo o mesmo procedimento das palestras supracitadas.



**Figura 5.** Palestra realizada para a comunidade de Pitangueiras - Prados.

Os participantes mostraram grande interesse no tema e contribuíram para o desenvolvimento da palestra, compartilhando informações e conhecimentos históricos, culturais e arqueológicos referentes à região onde residem. Os resultados da palestra destinada à comunidade se mostraram satisfatórios, pois foi despertado na população um olhar mais apurado em relação às riquezas arqueológicas locais, bem como o sentimento de pertencimento a cultura e história da região onde moram, proporcionando assim o empoderamento dos bens materiais e imateriais locais. Na oportunidade, os alunos mostraram o vaso cerâmico montado a partir dos fragmentos resgatados na oficina de escavação arqueológica.

Ao final da palestra, utilizou-se de metodologia de avaliação onde os participantes foram convidados a formarem uma roda e, mais uma vez, os agradecimentos pela presença

foram feitos. Na oportunidade, os arqueólogos perguntaram aos convidados os pontos que mais apreciaram na palestra, se ainda havia alguma dúvida referente o tema ou alguém teria algo mais a acrescentar. Nesse momento os convidados reconheceram a importância do trabalho do arqueólogo no contexto histórico e cultural e agradeceram aos palestrantes a oportunidade de poder conhecer um pouco mais sobre o assunto e sobre a história do local onde residem.

Os diversos relatos e interações receberam especial importância, visto que “não é exagero lembrar que não se preserva aquilo que não se conhece e não se dá valor” (NAZARENO, 2005: 99).

O terceiro encontro foi fruto de uma conversa entre a equipe de Educação Patrimonial e as professoras da escola Aquino Carlos. Os educadores patrimoniais sugeriram a possibilidade de levar estudantes e funcionários para conhecerem o sítio arqueológico Igrejinha, ideia bem recebida pelas professoras (Figura 6). Elas foram as principais responsáveis por toda a movimentação necessária para que ocorresse a visita. O objetivo da atividade foi mostrar aos participantes a realidade do trabalho do arqueólogo em campo, além de romper as fronteiras criadas pelas palestras, onde os alunos e professores puderam apenas visualizar os artefatos arqueológicos.

Durante a atividade, os participantes foram guiados pelo sítio arqueológico com explicações das metodologias utilizadas, formas de marcação das quadrículas, ferramentas utilizadas para abrir as sondagens, como coletar o material encontrado, a importância de se fotografar todas as etapas do processo e demais informações pertinentes. Ainda, durante a excursão, os arqueólogos deram outras explicações relacionadas aos sítios arqueológicos e o contexto histórico local, além de compartilhar curiosidades sobre os trabalhos. Finalmente, a equipe deu atenção aos questionamentos dos alunos e professoras, visando suprir todas as dúvidas relacionadas aos trabalhos ali apresentados.



**Figura 6.** Visita ao sítio arqueológico.

Depois de encerradas as atividades, as crianças foram levadas a um local com sombra para o lanche da tarde. Neste momento, durante as conversas foi possível notar a empolgação dos participantes em poderem conhecer o sítio arqueológico. Algumas das crianças disseram, até mesmo, que se tornarão arqueólogas quando forem adultas.

Por fim, a última etapa de Educação Patrimonial na Escola Municipal Aquino Carlos buscou orientar os valores do “resgate de memórias” do patrimônio arqueológico. Este tipo de pesquisa pressupõe uma relação direta com o principal objeto estudado e, conseqüentemente, um estudo de meio que deve ser muito bem compreendido. Os estudos dos registros rupestres, retratados nos abrigos em todo Brasil, levou a equipe de educadores elaborarem uma oficina retratando por meio da arte, a experiência de como nossos ancestrais se comunicavam a dezenas de anos atrás, com objetivo de despertar a criatividade de cada criança por meio de estímulos artísticos e contribuir para tornar cada

aluno protagonista de sua própria história, utilizando tinta e papel como instrumentos de comunicação nos tempos atuais.

Iniciou-se a oficina com vídeos sobre pinturas rupestres e, posteriormente, ocorreu um diálogo dos alunos com o arqueólogo. Em seguida no pátio da escola deu-se início as atividades práticas de pinturas, utilizando cartolinas brancas e tintas guache (Figura 7). Os alunos foram divididos em grupos e aconselhados a registrar o que eles desejassem. Foram diversas as representações registradas, desde pinturas rupestres apresentadas na palestra, como registros das mãos (cf. figura 7-B), antropomorfos, paisagens, dentre outras. Conforme é possível visualizar no registro fotográfico 7-C, as professoras buscaram registrar as atividades, com o intuito de reproduzi-las em novas oportunidades.





Figura 7. Oficina de Pintura rupestre.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das palestras, oficinas e práticas de campo, o projeto de Educação Patrimonial nas escolas de Barroso e Prados/MG esclareceu e discutiu com alunos e professores os aspectos e valores culturais dentro da perspectiva do patrimônio arqueológico, afinal:

Aunque el objetivo inmediato de la mayoría de las investigaciones sea dar respuesta a preguntas específicas, el propósito fundamental de la arqueología debe ser el de proporcionar a la gente en general una mejor comprensión del pasado humano (RENFREW; BAHN, 2005: 505).

Trabalhar com a diversidade do patrimônio arqueológico em sala de aula é um desafio compensador, pois os alunos buscam suas próprias origens e complementa no todo - teoria e prática - desenvolvendo a sua criatividade, reconstruindo os seus costumes, suas manias, a consciência preservacionista.

A oportunidade de realização das oficinas, dando ênfase ao estudo do patrimônio arqueológico, despertou o gosto dos docentes pelo reconhecimento da arqueologia, assim, os alunos em um processo de formação acerca deste patrimônio se atualizaram, enriquecendo seus conhecimentos, atingindo os objetivos almejados. Já o corpo docente pôde, através desta experiência, aprofundar-se e capacitar-se sobre o tema, sendo possível implementá-lo e trabalhá-lo com novos alunos e comunidade em geral.

Acredita-se que, com o auxílio dos habitantes do bairro de Pitangueiras, será possível empenhar na preservação do patrimônio existente. Ainda, vale ressaltar que a

população criou uma identidade com os bens culturais e se dispôs a auxiliar na proteção destes.

A concretização desse projeto de Educação Patrimonial, não se deve apenas aos seus autores, mas, a todos aqueles que de forma direta ou indireta se envolveram (professoras, funcionários das escolas, funcionários das empresas envolvidas, etc.). Foi enorme e constante a partilha. Partilharam-se dúvidas, incertezas, conquistas e aprendizagens. Crê-se assim que se alcançou o objetivo almejado, repassando o conhecimento sobre o tema para a comunidade, visto que “a ciência produz conhecimento para a sociedade e não para si mesma” (BEZERRA, 2003: 275).

Por fim, desejamos relatar apenas um ocorrido após as atividades de Educação Patrimonial. Uma aluna e um aluno, juntamente com seu avô – proprietário do terreno onde se encontra um dos sítios – passaram a nos visitar todas as manhãs para acompanhar o resgate. No fim, eles acabaram se tornando parte integrante da equipe e esperamos que possam difundir tudo que aprenderam nesses dias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BEZERRA DE ALMEIDA, M.; **O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil**. *Habitus*, v. 1, n. 2, p.275 - 295. Goiânia, 2003.

BRASIL. Constituição, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

\_\_\_\_\_. Portaria Interministerial nº 419, de 26 de outubro de 2011.

CAMPOS, J. B.; SANTOS, M. C. P.; PESTANA, M. B.; SANTOS, J.; MATIAS, C. P. P. **Patrimônio e cidadania: A Educação Patrimonial nas escolas e a formação cidadã**. *Revista Memorare*, Tubarão, SC, v. 3, n. 1, p. 95-113, jan./abr. 2016.

CASCO, A. C. A. J. **Educação Patrimonial e Sociedade**. *Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN*. N. 03, Jan – Fev. 2006.

GAZZÓLA, L. **Educação Patrimonial: Teoria e Prática**. IX congresso Nacional de Educação – EDUCERE, PUC – PR, 26 a 29 de outubro de 2009.

HORTA, M. L. P. **Educação Patrimonial**. In: I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, 1983, Petrópolis. I Seminário Uso Educacional de Museus e Monumentos. Petrópolis: Museu Imperial/ Fundação Nacional pro--Memória/ Secretaria da Cultura/ MEC, 1983. v. 0. p. 2-10.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial – Brasília, 2006. 67 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS MINERAIS RENOVAVEIS – IBAMA. **Resolução CONAMA n° 001**, de 23 de janeiro de 1986

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos, 2014**.

\_\_\_\_\_. Portaria n° 07, de 01 de dezembro de 1988.

\_\_\_\_\_. Portaria n° 28, de 31 de janeiro de 2003.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa n° 01, de 25 de março de 2015.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. 2004. **Educação Patrimonial, Memória e Saberes Coletivos**. Revista de Arqueologia SAB, 2004:17(75-84).

NAZARENO, N. R. X. **SIG Arqueologia: Aplicação em pesquisa arqueológica. Tese de Doutorado**. São Paulo: USP, 2005.

OLIVEIRA, J. E. Por uma Arqueologia socialmente engajada: Arqueologia Pública, Universidade Pública e Cidadania. In: FUNARI, P. P. A.; ORSER JR. C. E.; SCHIAVETTO, S. N. O. **Identidades, discurso e poder: Estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. VIII, p. 117-134.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica**. Madrid, 2007.

SABALLA, V. A. **Educação Patrimonial: “Lugares de Memória”**. Revista Mouseion, v. 1, Canoas: Unilasalle, junho/2007.

SILVEIRA, F. L. A.; BEZERRA, M. IN: **Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos** (Org. FILHO, M. F. L; BELTRÃO, J.F.; ECKERT, C.). Associação Brasileira de Antropologia. Blumenau, Nova Letra, 2007. 368p. 81-97.